

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Resolução CRH nº 03, de 25 de março de 2009.

*Dispõe sobre a Homologação da criação
do Conselho Gestor do Açude Rosário- CONSU IROSÁRIO*

O **CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que foi discutido e aprovado na XX Reunião Ordinária do CRH ocorrida em 25 de março de 2009;

CONSIDERANDO o disposto na Lei estadual nº 12.984/05, art.44, inc.IX e demais dispositivos legais;

CONSIDERANDO que o Conselho Gestor do Açude Rosário – CONSU/ ROSÁRIO é órgão colegiado componente do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO todo o processo de criação do referido Conselho de Usuários e posse de seus membros em 19 de novembro de 2008, de conformidade com os dispositivos legais, tendo sido aprovado o seu Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º- Homologar a criação do Conselho Gestor do Açude Rosário – CONSU/ROSÁRIO, em consonância com o seu Estatuto Social anexo.

Art. 2º- A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 25 de março de 2009.

João Bosco de Almeida
Presidente do CRH

ANEXO

ESTATUTO DO CONSELHO GESTOR DO AÇUDE PÚBLICO ROSÁRIO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Foro e Constituição.

Art. 1º. O CONSELHO GESTOR DO AÇUDE PÚBLICO ROSÁRIO, doravante denominado CONSU/ROSÁRIO, é um colegiado componente do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco, com prazo de duração indeterminado e atuação na área de influência à montante e à jusante do reservatório Rosário nos municípios de Igaracy, Ingazeira e Tuparetama.

Parágrafo único: O Conselho tem como sede o município de Igaracy, Comarca de Afogados da Ingazeira.

Art.2º. O CONSU/ROSÁRIO é constituído por 15 membros titulares, compostos da seguinte forma:

- I - 40% dos seus membros representantes do Poder Público da União, do Estado, que tenham interesse em participar da gestão e dos Municípios, inseridos no território de influência do açude;
- II - 20% de entidades civis; e
- III - 40% de usuários de água, indicados por suas respectivas organizações.

Art. 3º - Os representantes das entidades referidas no inciso II do artigo anterior serão indicados por:

- I - Organizações comunitárias;
- II - Instituições técnicas de ensino, pesquisa e extensão;
- III - Organização de produtores;
- IV - Organizações cooperativas; e
- V - Igrejas.

Parágrafo único: Todas as entidades devem estar devidamente legalizadas.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos e Atribuições

Art. 4º. São objetivos do CONSU/ROSÁRIO:

- I - assegurar a proteção, conservação e usos múltiplos das águas na área de influência do açude Rosário proporcionando o acesso aos recursos hídricos como um direito de todos;
- II - colaborar com os poderes públicos na gestão participativa dos recursos hídricos e no cumprimento da legislação específica;
- III - representar o conjunto das entidades que o integram perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais, no que diz respeito à gestão do açude.

Art. 5º. São atribuições do CONSU/ROSÁRIO:

- I – realizar a alocação negociada da água do açude Rosário, seguindo parâmetros definidos pelos órgãos gestores de recursos hídricos de modo a garantir a oferta hídrica sustentável;
- II – Garantir os múltiplos usos da água;
- III – Orientar e informar aos usuários sobre os instrumentos de gestão;

- IV – Proteger e preservar os recursos hídricos e ambientais;
- V – Propor atividades para revitalizar o açude Rosário;
- VI – Apoiar a fiscalização dos usos dos recursos naturais do entorno do açude Rosário;
- VII – Propor o ordenamento e controle da pesca no açude Rosário, respeitando-se a legislação vigente;
- VIII – Acompanhar as atividades ligadas às águas e à organização do espaço do açude Rosário;
- IX – Participar da elaboração do plano de ordenamento e gestão dos recursos hídricos do açude Rosário; e
- X – Viabilizar a participação como membro do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Pajeú.

Parágrafo único: para cumprimento de tais atribuições, o Conselho poderá firmar compromissos com entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, nacionais ou estrangeiras, desde que não seja contrário aos artigos deste estatuto.

CAPÍTULO III

Da Composição

Art. 6º. O CONSU/Rosário é composto de representantes:

- I da União, do Estado de Pernambuco e dos municípios de sua área de atuação;
- II dos usuários de água de sua área de atuação;
- III de entidades civis, devidamente legalizadas, com interesses econômico-sociais ou atuação relacionada ao meio ambiente ou aos recursos hídricos do Açude Público Rosário.

Parágrafo Único: O Regimento Interno disciplinará o número de representantes por categoria, em cada segmento, o período e a forma de eleição e renovação das entidades membros e o funcionamento interno do CONSU/Rosário.

CAPÍTULO IV

Do Patrimônio

Art. 7º. O patrimônio do CONSU/Rosário será constituído por bens móveis e imóveis, equipamentos adquiridos ou doados ao conselho, auxílios e doações de entidades ou pessoas físicas nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único: Em caso de dissolução, o acervo do CONSU/Rosário será doado à entidade que tenha objetivos afins, de preferência na área de atuação do CONSU-Rosário, observando o Art.61 do Código Civil e os termos de cessão firmados.

CAPÍTULO V

Da Direção

Art. 8º O CONSU/ Rosário terá a seguinte estrutura:

- I – Assembléia Geral;
- II – Coordenadoria.

Art. 9º A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberação do Conselho.

Art. 10. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de julho e dezembro e, extraordinariamente sempre que for necessário convocado na forma definida neste estatuto.

Art. 11. Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- I – Eleger os membros da Coordenadoria;
- II – Examinar e votar o plano de trabalho, o relatório anual e avaliação das atividades da Coordenadoria;
- III – Votar o Regimento Interno;
- IV – Discutir e deliberar anualmente a alocação negociada de água do açude Rosário.

Art. 12. Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- I – Decidir sobre mudança dos objetivos e reforma do Estatuto Social do Conselho; com a presença mínima de dois terços (2/3) dos seus membros;
- II – Deliberar sobre a admissão e exclusão de membros;
- III – Deliberar sobre a dissolução do Conselho;
- IV – Deliberar sobre os demais assuntos de interesse do Conselho em consonância com seu estatuto.

Parágrafo único: Caso ocorra destituição ou renúncia de membros da Coordenadoria, a Assembléia Geral Extraordinária indicará substitutos para concluir o mandato.

Art. 13. O quorum para a realização das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, é de dois terços (2/3) em primeira convocação, um terço (1/3) em segunda e última convocação com intervalo de 30 minutos entre as convocações.

Parágrafo único: Será computado, nas deliberações, um voto por cada entidade membro do CONSU/Rosário.

Art.14. As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Coordenador ou por um quinto dos membros em pleno gozo dos seus direitos e deveres, com indicação de pauta, convocada com antecedência mínima de 10 dias, através de edital de amplo conhecimento dos membros integrantes do CONSU/Rosário.

Art.15. Os trabalhos da Assembléia serão sempre dirigidos pelo Coordenador do CONSU/Rosário, ou seu substituto legal, e suas deliberações serão consignados em ata assinada por todos os membros presentes.

Art. 16. A Coordenadoria é composta de Coordenador, Coordenador Adjunto e Secretário, todos eleitos em Assembléia Geral ordinária para um mandato de 3 anos, sendo permitida uma única reeleição para o mesmo cargo.

Art. 17. Compete à Coordenadoria:

- I – Cumprir e fazer cumprir a Lei Federal e Estadual de Recursos Hídricos, as resoluções do Conselho Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e demais legislações pertinentes, o presente Estatuto Social, as deliberações das Assembléias Gerais e o Regimento Interno do Conselho;
- II – Elaborar o plano anual de trabalho, submetendo-o à Assembléia Geral;
- III – Submeter à Assembléia Geral o relatório anual das atividades da Coordenadoria;
- IV – Criar grupos de trabalho necessários à operacionalização do plano de trabalho aprovado pela Assembléia Geral;

Art. 18. Compete ao Coordenador:

- I – Representar o Conselho em juízo ou fora dele;
- II – Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- III – Convocar e dirigir o trabalho da Assembléia Geral e das reuniões da Coordenadoria;
- IV – Assinar atos e documentos constitutivos de obrigações legais e estatutárias;
- V – Desempenhar outras atribuições estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Regimento Interno do Conselho.

Art. 19. Compete ao Coordenador Adjunto:

- I – Substituir o Coordenador em suas ausências e impedimentos;

- II – Participar das reuniões da Coordenadoria;
- III – Dirigir Grupos de Trabalho;
- IV – Colaborar com as atividades do Conselho;
- V – Desempenhar outras atribuições estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Regimento Interno do Conselho.

Art. 20. Compete ao Secretário:

- I – Substituir o Coordenador Adjunto em casos de impedimentos;
- II – Manter atualizada a correspondência do Conselho;
- III – Cuidar da comunicação do Conselho com seus membros;
- IV – Manter a guarda da documentação;
- V – Secretariar as Assembléias Gerais e reuniões da Coordenadoria;

Art. 21. Nenhum membro do Conselho Gestor do Açude Público Rosário será remunerado.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 22. As eleições para os cargos de coordenação serão realizadas em Assembléia Geral Ordinária, a cada 3 anos, contados da data de constituição do Conselho e eleição da primeira coordenadoria.

§ 1º. Os membros eleitos serão empossados imediatamente após a proclamação dos resultados da eleição, realizada em votação ou por aclamação, a critério da Assembléia Geral.

§ 2º. A Assembléia Geral nomeará uma comissão específica para dirigir o processo eleitoral, composta por membros não candidatos a cargos eletivos, de acordo com o Regimento Interno.

Art. 23. Cada entidade-membro representada no Conselho terá direito a um único voto.

Art. 24. A Coordenadoria deverá contemplar preferencialmente, na sua composição, os diversos segmentos sociais – poderes públicos, usuários e entidades civis - representados no Conselho.

Art. 25. Será divulgado amplamente em edital o dia, horário, local e critérios de votação entre as entidades-membros do Conselho, em locais públicos, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data estabelecida para a eleição.

Art. 26. Em caso de reeleição, somente será permitida uma vez para os cargos da diretoria.

CAPÍTULO VII

Das Atribuições dos Membros

Art. 27. Aos membros do CONSU/Rosário compete:

- I - Discutir e votar todas as matérias que lhe forem submetidas;
- II - Apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação do Plenário;
- III - Solicitar vistas de processos, devidamente justificadas, que serão apreciadas e decididas pelo plenário;
- IV - Solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias;
- V - Propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como prioridade de assuntos dela constante;
- VI - Fazer constar em ata o ponto de vista discordante, quando julgar relevante;
- VII - Propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CONSU/Rosário;

- VIII - Votar e ser votado para os cargos previstos neste Estatuto;
- IX - Deliberar sobre a solicitação de vistas das matérias e processos;
- X - Propor a criação de Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho;
- XI - Participar das Câmaras Técnicas;
- XII- Participar efetivamente das reuniões.

CAPÍTULO VIII

Renovação e Desligamento dos Membros do CONSU/Rosário

Art. 28. O preenchimento de vagas para compor o conselho deverá ser feito mediante requerimento do interessado e preenchimento de cadastro, encaminhado a Coordenação Gestora.

Art. 29. A ausência injustificada perante a assembléia em três reuniões consecutivas, ou não, ordinárias ou extraordinárias, implicará no desligamento da entidade.

Parágrafo Único: após duas faltas de um membro, a coordenação comunicará oficialmente a entidade, a ausência do seu representante e solicitará nova indicação para CONSU/Rosário. Ocorrendo a terceira falta, em um período de 12 meses, será considerada excluída do CONSU/Rosário.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Art. 30. O Conselho deverá manter, pelo menos, os seguintes registros:

- I – Cadastro de entidades representadas;
- II – Atas das reuniões da Coordenadoria;
- III – Atas das Assembléias Gerais;
- IV – Assinatura de presença dos representantes de entidades às Assembléias Gerais.

Art. 31. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral, Regimento Interno nos limites da legislação vigente.

§ Único – Constarão no Regimento Interno do CONSU/Rosário as resoluções e normativos técnicos sobre recursos hídricos.

Art. 32. O presente estatuto, votado e aprovado em Assembléia Geral realizada em 19 de fevereiro de 2009, entra em vigor a partir desta data.

Iguaracy, 19 de fevereiro de 2009